Ensaio Teórico

O Uso Social do Espaço Público no Brasil Colonial

Belisa Mendes Evangelista

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU
Departamento de Teoria e História
Disciplina: Ensaio Teórico
Orientador: Professor José Carlos Coutinho

Aluna: Belisa Mendes Evangelista
Matrícula: 99/53396

Ensaio Teórico

O Uso Social do Espaço Público no Brasil Colonial

Brasília, Junho/2003

Sumário

Introdução 7

I. Relações Entre Espaço Público e Privado 9

II. A Evolução do Uso Social das Ruas e Praças 17

III. Segregação e Aproximação Entre Classes Sociais 33

Conclusões 39

Referências Bibliográficas 42

Introdução

As ruas e praças são os elementos básicos do traçado da cidade colonial. Constituem espaços claramente delimitados e eram as principais referências para o uso público. Este trabalho pretende analisar que mudanças mais significativas aconteceram nesses espaços, no período entre o século XVI até meados do século XIX, no que se refere ao uso que a sociedade fazia deles. Não se irá enfocar as características físicas propriamente ditas das ruas e praças, seus atributos espaciais. Mas, partindo da compreensão das relações entre o espaço público e privado no Brasil colonial, o enfoque será dado na maneira como as pessoas utilizavam coletivamente o espaço público, relacionavam-se com ele e entre si e finalmente como se distribuíam pela cidade. A questão das transformações ocorridas no espaço público será centrada na evolução da rua como simples local de passagem e serviço à rua como local de permanência e encontro.

O objetivo deste ensaio teórico é buscar compreender a estrutura social que está por trás da estrutura espacial das cidades brasileiras, a partir da reflexão sobre os exemplos do nosso passado colonial, como subsídio para o projeto urbanístico contemporâneo. O estudo da História é, portanto, concebido aqui como instrumento fundamental para a compreensão da realidade atual.

A motivação para a escolha do presente tema foi dada especialmente a partir da leitura de *A Casa & a Rua*, de Roberto DaMatta, segundo o qual "o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido." (DAMATTA, 1997: p.30)

A análise da casa e da divisão dos bairros no Brasil colonial constitui-se numa tentativa de explicar como eram feitas as separações entre as categorias sociais no espaço doméstico e no espaço urbano, e como isso refletia nas relações das pessoas com o espaço público.

Antes de iniciar o tema do *uso social*, convém ressaltar um aspecto específico da colonização brasileira, que influiu naquele tema. Na política urbanizadora de Portugal, cada cidade era considerada como um caso particular, não existia uma legislação de âmbito geral, como a Lei das Índias dos espanhóis. No entanto, as Cartas Régias que tratavam da fundação de vilas e cidades continham preceitos que foram passando de uma cidade para outra. Esses regimentos não definiam traçados para as cidades (SANTOS, 2001), apesar de que os portugueses trouxeram também "riscos", ou traçados reguladores para os novos assentamentos. Mas as Cartas Régias especificavam onde seriam localizados os principais edifícios e ordenavam sua disposição espacial, o abastecimento e a defesa. "Os portugueses trouxeram regras claras para definir público e privado, para localizar equipamentos, para separar as terras particulares doadas hierarquicamente aos pioneiros das indispensáveis ao atendimento de necessidades coletivas." (SANTOS, 1988: p.39) As cidades brasileiras cresceram de acordo com a vontade do colonizador, raramente em decorrência direta de trocas comerciais. (DAMATTA, 1997) A divisão do território em capitanias hereditárias também mostrou que a metrópole estava preocupada em manter o controle sobre a ocupação do território. A urbanização do Brasil não foi feita da forma "espontânea" como durante muito tempo se acreditou (SANTOS, 1988), mas foi rigorosamente controlada pelo poder político.

I. Relações Entre Espaço Público e Privado

Relações Entre Espaço Público e Privado

Roberto DaMatta considera *casa* e *rua* como duas categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. São categorias que constituem uma oposição básica na "gramática social" desse país. Dentro da casa existe uma "gramática espacial" rigorosa, que revela certas divisões sociais, principalmente entre gêneros e entre idades. A casa, assim, pode ser analisada como metáfora da própria sociedade.

Casa e rua "relacionam-se por seus subespaços (praças, adros, mercados, jardins, portas, janelas, cozinhas e varandas) e também por ocasiões especiais em que a sua comunicação é possível, obrigatória ou desejável." (DAMATTA, 1997: p.60) Tais ocasiões especiais são as visitas, a primeira vez que a criança sai de casa sozinha, as comemorações de mudanças de posição no mundo privado (dentro da casa) e no mundo público (na rua). A passagem da rua para a casa (visitação) e da casa para a rua (quando se deixa a casa) constitui um ritual na sociedade brasileira. "É como se estivéssemos pondo em contato não só dois espaços, mas também dois tipos de temporalidade." (*idem*: p.60) O tempo da casa é cíclico e o tempo da rua é linear.

Conseqüentemente, as pessoas têm comportamentos diferentes em casa e na rua. Existem "códigos de interpretação e norteamento da conduta que são opostos e valem apenas para certas pessoas, ações e situações". Os dois espaços "contêm visões de mundo ou éticas particulares". (*ibidem*: p.47) Qualquer evento pode ser interpretado pelo código da casa e da família ou pelo código da rua. Na sociedade brasileira, as camadas dominadas tendem a utilizar a linguagem da casa e as camadas dominantes, a linguagem da rua.

Os rituais controlados pela Igreja e pelo Estado vêm da rua para a casa, enquanto os rituais domésticos vão da casa para a rua. O sistema de rituais estabelece, assim, uma "relação permanente e forte" entre esses dois espaços. Receber as visitas também constitui um ritual na sociedade brasileira, até hoje (ainda que haja algumas exceções), pois significa abrir o mundo privado ao mundo público. (DAMATTA, 1997)

A implantação da casa colonial brasileira no lote

O tipo de planta residencial encontrada em todo o Brasil colonial, profunda e ocupando toda a frente do lote, é resultado do modelo tradicional de parcelamento do solo urbano na Colônia, aplicado desde a fundação de Salvador. As quadras são subdivididas em lotes com ocupação semelhante: as casas situam-se no "alinhamento das praças e ruas, sem jardim, mas com uma entradinha ao lado e quintal aos fundos" (SANTOS, 2001: p.70) e são contíguas. Os telhados são geralmente de duas águas, uma caindo sobre o leito da rua e outra caindo sobre o quintal. Segundo Nestor Goulart, esse modelo tem origem no urbanismo medieval de Portugal e só pôde ser transformado no século XIX, como veremos adiante.

"As quadras nas cidades brasileiras dividem-se em um grande número de habitações independentes. Seja por tradição da mãe pátria, seja por necessidade de construção local, essas habitações são estreitas e longas. Cada casa ocupa sobre a rua apenas a largura de 5 a 8 metros; as que ultrapassam essa dimensão constituem fenômenos." (VAUTHIER, 1960: p.811)

As proporções dos lotes têm uma dupla razão, para Murillo Marx: são estreitos por disputarem a intersecção do mundo privado com o mundo público, feita na testada do terreno. E são longos para conterem área suficiente aos moradores. (MARX, 1980)

Os padrões de relação entre espaço público e privado eram, assim, definidos pela forma do lote e pela implantação do edifício no terreno. É principalmente a relação entre o lote e a edificação que define o cenário urbano: "as casas formavam como uma superfície contínua sobre as ruas. A aparência das ruas e dos núcleos urbanos era dada por esse modo de relacionar o espaço privado com os vizinhos e com o espaço público e por essa forma de implantação da arquitetura urbana, sobre os limites dos lotes." (REIS, 2000: p.150)

Segundo Vasconcellos, a concentração residencial, resultado da implantação das casas nos lotes, pode ser explicada, por um lado, pelo "gregarismo de origem moura" e, por outro lado, pelo esforço dos colonizadores para a individualização da família, que através de imposições das Ordenações do Reino, determinaram a multiplicação das habitações independentes. (VASCONCELLOS, 1977)

Ainda que bastante próximas umas das outras, os limites de cada habitação, e conseqüentemente as fronteiras de cada família nuclear, eram claramente definidos. A separação entre o espaço público e o privado também era bastante definida, ainda que a transição entre eles seja direta – as portas das casas abriam-se diretamente para o espaço público.

A organização da planta e os costumes da vida privada

A casa típica dos primeiros mineradores que chegaram a Vila Rica é descrita por Miran Latif. A varanda ficava na frente da casa, encaixada entre a capela e um depósito. Dividia-se em duas partes:

> *Na frente, junto à varanda e à capela, estão a sala de visitas e as alcovas para hóspedes. O acesso às outras dependências – sala de jantar, quartos de habitação, cozinha, etc – faz-se por um corredor interno munido de uma porta que separa inteiramente a casa em duas partes. À noite, fechada esta única porta de comunicação, fica apartado nos cômodos da frente (em alcovas sem janelas, de preferência) o estranho de passagem que pediu pouso. São casas ainda no espírito do acampamento. (LATIF, 1991: p.105)*

Era na varanda que se vivia a maior parte do tempo. A varanda e a capela eram divididas "por um largo painel rotulado para a necessária separação dos fiéis, segundo sua condição social ou sexo". (VASCONCELLOS, 1977: p.140) "Aberta a capela, da varanda, assiste-se ao exercício do culto. Quando, nos dias de grande cerimônia, o pessoal da lavra comparece numeroso, as mulheres da casa, as nhanhãs em reclusão mourisca, de uma saleta que serve de sacristia, podem, através dum rendilhado de madeira, seguir discretamente a missa." (LATIF, 1991: p.104)

Esse modelo foi levado à região das minas pelos bandeirantes paulistas. Já era a planta característica das moradias de São Paulo no século XVII.

Ela "tem em vista acolher, sem maiores intimidades, os forasteiros ainda a perambularem no nomadismo bandeirante" (*idem*: p.105).

Em outro tipo semelhante de planta, posterior àquele e disseminado por todo o Brasil, a sala fica na frente da casa, seguida pelos dormitórios, que nem sempre são alcovas. Nos fundos ficam a cozinha e a varanda, as áreas mais intensamente utilizadas (a varanda originou mais tarde a sala de jantar). Os fundos da casa eram, assim, destinados ao domínio da família, enquanto na frente eram realizados os contatos com o mundo exterior, o mundo público. A sala de visitas é o espaço tradicional da cultura urbana brasileira onde são estabelecidas relações formais entre o proprietário e o visitante. É por excelência o espaço de transição entre o mundo público e mundo privado.

Em seu estudo sobre as residências de Vila Rica, Vasconcellos constata que a planta das casas de fazendas e chácaras é organizada em torno de um centro comum, a sala. Já nas casas urbanas térreas, os cômodos distribuem-se ao longo de um eixo, lateral ou central quando a testada é maior, que é o corredor. O corredor, assim, estabelece a ligação entre os vários cômodos da casa, e entre a rua e o quintal:

> *É quase um beco particular que supre a falta de área livre nas laterais. Por isso mesmo, esse corredor muitas vezes é tratado com certa rusticidade, quase como via aberta, com seu piso de terra batida, de pedra ou de ladrilhos cerâmicos. (...) É peça de recepção, ante-sala por vezes, tornando-se, a seguir, íntima e, afinal, passagem de serviço. (VASCONCELLOS, 1977: p.133)*

As características das casas mineiras podem ser estendidas às casas das outras regiões do país, pois todas seguiam esse mesmo esquema básico. Outro aspecto comum a todas as regiões é que os sobrados eram associados à riqueza e melhor posição social do proprietário. "O sobrado significa a aristocracia e a casa térrea, a plebe." (VAUTHIER, 1960: p.853) A organização, acima definida, dos espaços internos das casas térreas era repetido nos pavimentos superiores, enquanto os pavimento térreos eram ocupados por lojas e armazéns ou por estábulos, depósitos e senzala. Raramente eram ocupados por moradia (exceto no século XVI) pois "habitar ao nível do chão era quase uma vergonha" (*idem*) até a primeira metade do século XIX, quando esse preconceito começou a desaparecer.

Fig.02. Planta de sobrado à Rua do Amparo, Olinda. (Fonte: REIS, 2000)

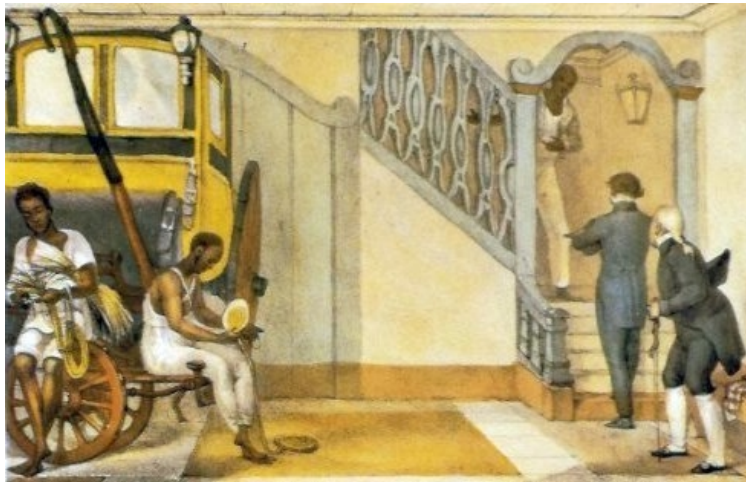


Fig.03. O portão de uma casa rica, primeira metade do século XIX. Jean Baptiste Debret (Fonte: www.nascente.com.br)

Os sobrados de Recife descritos por Vauthier, que esteve no Brasil de 1840 a 1846, organizam-se da seguinte forma: no térreo, encontram-se vestíbulo, corredor, quarto de hóspedes, dormitório dos escravos homens e cocheiro, alcovas sem luz direta, pátio e cocheira; no primeiro andar, encontram-se a sacada, uma sala da frente e uma sala posterior, interligadas pelo corredor principal, uma ou duas alcovas fechadas por portas envidraçadas dando para cada sala e um corredor de onde parte a escada; no sótão, ficam a sala de jantar, cozinha, copa, quarto de engomar e das escravas. (VAUTHIER, 1960) Acompanhemos a visita do engenheiro francês:

Entremos em uma dessas casas. É fácil. A porta da rua está aberta. No vestíbulo, por onde se entra, encontra-se um negro velho, trançando um chapéu de palha. Queremos falar ao dono da casa. Ele nos conduz a uma escada reta, iluminada pelo alto, e nos precede. Em cima, a escada é fechada por uma porta vazada. O negro toca a sineta. Uma figura de mulher negra ou fortemente bronzeada em breve aparece entre as grades. Depois de algumas palavras trocadas com o interlocutor, ela vai ver se o senhor está em casa. Passos de crianças atravessam o corredor; ouve-se o farfalhar de um vestido de mulher; e, depois, de uma espera mais ou menos longa, a porta se abre, enfim. Conduzem-nos à sala da frente, onde o dono da casa nos espera com todo cerimonial. (VAUTHIER, 1960: p.819/820)

O dono da casa é cortês e as mulheres e crianças espreitam a conversa por trás das cortinas das portas envidraçadas, nas alcovas. À sala dos fundos, "gineceu fechado aos olhos profanos" (*idem*), não é permitida a entrada do visitante. Mas o espaço é semelhante à sala da frente, a não ser pela desordem característica da vida doméstica. Ali ficam as escravas cuidando de seus serviços e as crianças, brincando.

Fig.04. Uma senhora brasileira em seu lar, primeira metade do século XIX. Jean Baptiste Debret (Fonte: www.nascente.com.br)

Se esta casa se encontrasse numa rua comercial, teria três portas ao invés de uma e cômodos que se comunicariam diretamente com a rua, destinados à oficina, à loja, à habitação do comerciante mais modesto ou a um botequim. Nos bairros comerciais de cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro, predominavam os sobrados ao invés de construções térreas. (VAUTHIER, 1960)

Essa disposição das atividades dentro dos sobrados, que perdurou até meados do século XIX, mostra que o local de trabalho e o local de residência eram freqüentemente associados num mesmo espaço. O cocheiro dos proprietários mais ricos, mesmo sendo trabalhador livre, residia no térreo do sobrado. A maioria dos empregados das lojas morava ali mesmo, mantendo relações de caráter privado com os proprietários das lojas e suas famílias, por compadrio ou casamento. Os artesãos e pequenos comerciantes mantinham seus negócios nas próprias casas, num regime ainda medieval de organização do trabalho (REIS, 2000) – as *corporações de ofício*. A vida privada e a vida pública, nesses casos, interferiam uma na outra.

Mas a vida doméstica tanto nas casas que eram apenas residência quanto nas que eram também locais de trabalho tinham em comum a dependência do trabalho escravo. Os serviços manuais eram todos feitos por eles: transportar água das fontes públicas para as residências, preparar o banho, coletar e transportar o esgoto e o lixo, costurar e conservar as roupas, passar, lavar, bordar, cuidar das hortas e dos animais, fazer a feira, etc. As escravas preparavam as comidas, o que explica a enorme influência indígena e africana sobre nossa alimentação.

Fig.05. Sobrados de Recife, 1647.
Desenho de Frans Post (Fonte: REIS, 2000)

Fig.06. Sobrados de Recife, 1647.
Desenho de Frans Post (Fonte: REIS, 2000)

Para a vida urbana, essa dependência ao escravismo teve grande influência na medida que o trabalho doméstico do escravo substituiu vários serviços públicos, como abastecimento de água, transporte de pessoas e cargas, iluminação e serviço de esgoto. Os comerciantes e artesãos também necessitavam dos escravos, para o transporte de mercadorias ou qualquer outro serviço cotidiano. (REIS, 2000)

As habitações das camadas mais pobres eram sempre térreas e precariamente construídas. Enquanto os sobrados tinham pisos de assoalho, as casas térreas eram de "chão batido". Algumas vezes uma mesma casa abrigava pessoas estranhas entre si ou várias famílias, apertadas em poucos e pequenos cômodos. (ARAÙJO, 1997)

A cozinha era o local de reunião de toda a família, das visitas mais íntimas e passageiras e dos hóspedes. Mas a vida familiar era pouco exposta aos hóspedes e visitantes, como ilustrou a descrição de Vauthier. As mulheres cuidavam de todos os preparativos para receber as visitas, mas não apareciam a elas. Quando algum homem estranho chegava, as mulheres se escondiam nos quartos ou no quintal, que também eram lugares íntimos.

> *O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua. E a maior luta foi a travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o* pater familias *do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha. (FREYRE, 1990: p.34)*

O costume de manter a mulher extremamente reservada dos olhos públicos foi bastante forte na cultura brasileira. Ela precisava ser mantida sob o domínio da vida privada, dentro de casa, que era para a família "um asilo sagrado, um pequeno mundo à parte". (VAUTHIER, 1960) Uma das transformações mais significativas dos costumes e da casa no Brasil do século XIX foi exatamente relacionada à mulher.

Um forte indício da mudança de postura da mulher em relação ao mundo público foi o surgimento das sacadas e balcões nas fachadas das casas. Essa "invenção evidentemente pérfida que estimula a vaidade feminina a expor-se aos olhos dos transeuntes", nas palavras de Vauthier (1960: p.854), não poderia ter acontecido antes do século XIX. Até então, nas fachadas eram dispostas galerias fechadas em toda a sua altura por painéis treliçados de madeira. Eram os famosos *muxarabis*, ou *rótulas*, herança da cultura árabe, que permitiam que as pessoas olhassem quem passava na rua sem serem vistas por elas. O desaparecimento desse dispositivo começou com a chegada de D. João VI, pelo espírito de "modernização" que reinava na época, e culminou com uma ordem de D. Pedro I para que se eliminassem todas as *rótulas*. As sacadas e balcões[1] de ferro as substituem. As mulheres podiam agora ser vistas de dentro de suas casas. O próximo passo seria sair de casa e conquistar a rua, como veremos na parte II.

Na primeira metade do século XIX, por influência inglesa, a população brasileira começa a adquirir costumes burgueses. Segundo Carlos Nelson, "a separação exagerada entre casa e rua evolui junto com os conceitos de individualidade e privacidade característicos da cultura burguesa". (SANTOS, 1988: p.90) Foi quando a sala de visitas passou a ser o lugar mais nobre da casa e o local de reunião, ao invés da cozinha.

> *O contato com as modas inglesas, que se acentuou depois da chegada de Dom João VI, influiria consideravelmente sobre os estilos de vida e até de arquitetura doméstica do Brasil, contribuindo para o gosto pelas chácaras cercadas de árvores, para o chá servido pela dona da casa, para a moda da cerveja e do pão, para a maior limpeza da rua e o melhor saneamento da casa. (FREYRE, 1990: p.47)*

O modelo tradicional de implantação das casas urbanas nos lotes também se transforma: criam-se afastamentos em uma das laterais e em seguida frontais, dando espaço para os jardins. Recuando a fachada da rua, a transição entre espaço público e privado torna-se mais indireta.

As casas de campo já possuíam essas características. Seja no Rio de Janeiro, na Bahia ou em Pernambuco, onde eram chamadas de quintas, chácaras ou sítios, respectivamente, essas casas eram cercadas, rodeadas de árvores e bastante afastadas entre si. (VAUTHIER, 1960)

1. *Sylvio de Vasconcellos (1977) faz a distinção entre nomes que muitas vezes são confundidos: a* varanda *é uma peça aberta apoiada, cuja cobertura é o prolongamento da cobertura da casa, enquanto o* alpendre *possui cobertura própria e o* terraço *é descoberto; o* balcão *é uma peça aberta em balanço, e quando tem menor dimensão, é chamado de* sacada.

Os esquemas medievo-renascentistas de subdivisão do espaço urbano, forçando o alinhamento cerimonioso das casas sobre a rua e a contigüidade lateral, foi certamente uma necessidade, enquanto existiram os muros primitivos. Depois, o normal seria a expansão e o aproveitamento das facilidades de espaço. Mas não foi isso que ocorreu. A concentração das áreas mais antigas subsistiu, enquanto as camadas abastadas fugiam para as chácaras, instalando-se na periferia. (REIS, 2000: p.152)

Mesmo no modelo tradicional da casa urbana colonial, não se vê uma interpenetração entre o espaço público e o espaço privado; *casa* e *rua* são, até hoje, dois mundos complementares, mas "inimigos".

Em nenhum lugar encontramos documento que deixasse perceber, mesmo nas vilas mais modestas, aquele tipo de intimidade entre casa e rua, que se encontra nas aldeias de Portugal, aquela continuidade do espaço exterior pela sala e da sala pelo espaço exterior, aquela continuidade que deixa viver os animais pelas vielas como em casa. Em nenhuma vista, em nenhum quadro de Franz Post, em nenhum dos cronistas, se percebe aquela intimidade, aquele calor decorrente de um longo contato social face a face, como é comum nas aldeias, nas áreas camponesas, onde a vida tem sempre um sentido de comunidade e não se libertou completamente dos vínculos tribais e clânicos. No Brasil, pelo contrário, o português que chega é sempre um proprietário, um senhor, um homem de comércio, um empresário. Suas ambições são ao mesmo tempo senhoriais e burguesas, mercantis e principescas. A rua não é jamais a sua casa, mas o local de cerimônia, perante o qual se realiza como branco e senhor. Despreza-a nos centros menores, teme-a nos maiores.

II. A Evolução do Uso Social das Ruas e Praças

A Evolução do Uso Social das Ruas e Praças

No início da urbanização do Brasil, as ruas eram apenas locais de passagem, por onde circulavam as pessoas, a maioria escravos, e as mercadorias. Suas dimensões reduzidas eram adequadas a esse uso, já que o tráfego era pouco intenso e realizado principalmente por pedestres e cavaleiros. As mercadorias eram transportadas em carros ou por escravos, na via que ligava a entrada da vila ou da cidade ao ponto onde se realizava o mercado. As ruas eram vistas como meios de ligação entre as casas e os pontos de interesse coletivo, ou entre dois desses pontos, como duas praças, por exemplo. (REIS, 2000) Segundo Nestor Goulart, as praças, tidas como mais importantes que as ruas, eram desde essa época os locais públicos destinados à permanência e ao uso coletivo. Mas pode-se fazer aqui uma observação de que somente no século XIX é que de fato se consolidou esse caráter de local de permanência, tanto da praça como da rua, e conseqüentemente a arborização, o calçamento e a implementação de mobiliário urbano, como veremos adiante.

Fig. 08. Rancho de Tropeiros, 1827. Charles Landseer
Óleo sobre Madeira
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

De qualquer maneira, as praças se situavam numa convergência de caminhos e portanto, desde o início da urbanização, eram locais mais destacados e mais freqüentados que as ruas.

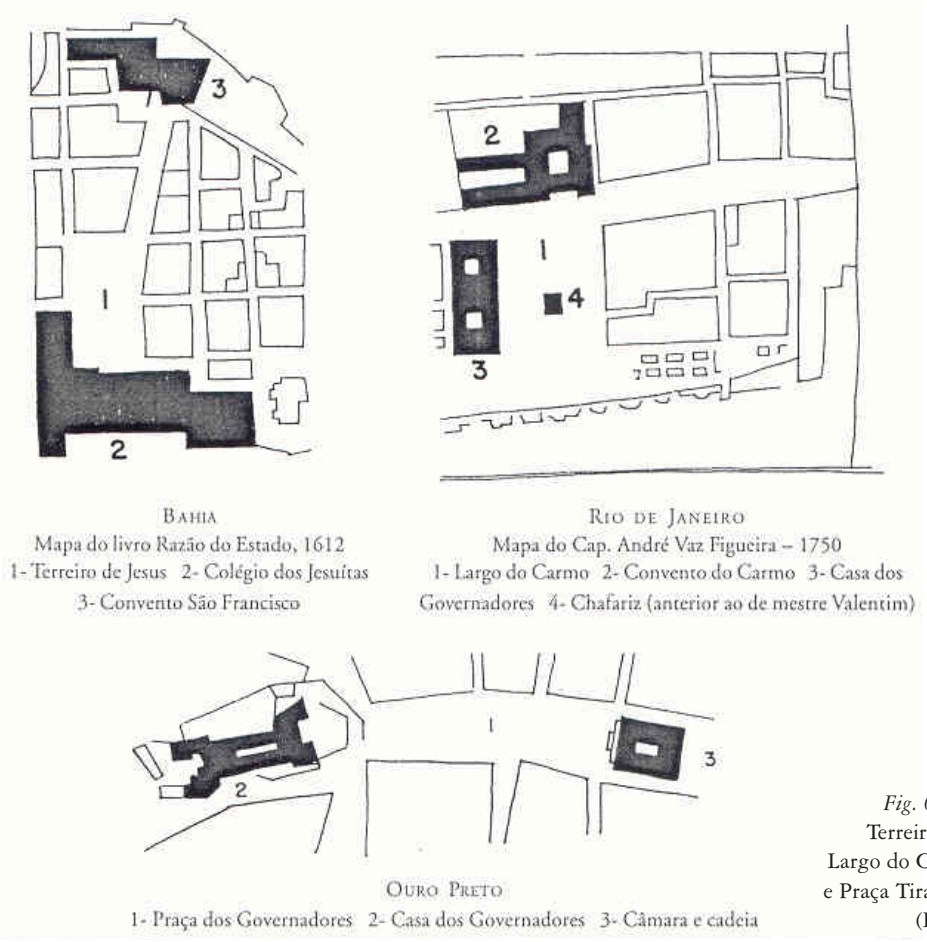
Nas praças eram localizados os edifícios mais importantes: as sedes do poder - as câmaras municipais e as sedes do governo - e a igreja. Esses edifícios também recebiam mais atenção do ponto de vista arquitetônico que as edificações particulares. Sem referir-se a uma determinada época, Paulo Santos define as praças do Brasil colonial como

> *o centro de reunião da vida urbana, em que se realizavam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades, religiosas e recreativas, e serviam ainda aos mercados e às feiras. Nelas se localizavam os edifícios principais, que mais enobreciam a cidade: a Casa de Câmara e Cadeia, a Casa dos Governadores, a Igreja Matriz. (SANTOS, 2001: p.72)*

Em seguida, Paulo Santos cita a descrição de Gabriel Soares, segundo a qual na Praça do Palácio em Salvador "estão da banda do sul umas nobres casas, em que se agasalham os governadores, e da banda do norte tem as casas do negócio da Fazenda, da alfândega e armazéns; e da parte de leste tem a casa da câmara, cadeia e outras casas de moradores, com que fica esta praça em quadro e o pelourinho no meio dela, a qual da banda do poente está desabafada com grande vista sobre o mar". (SANTOS, 2001: p.72) Desse lado da praça voltado para a praia, saem de cada canto um caminho, o primeiro servia às pessoas que desembarcavam dos navios, e o outro servia ao desembarque das mercadorias.

Este era ligado a outro caminho por onde as mercadorias eram transportadas de carro (evidência de que nem todas as ruas eram carroçáveis) ao centro da cidade. Também partia da praça uma "formosa rua de mercadores até a sé, no cabo da qual, da banda do mar, está situada a Casa da Misericórdia". (*idem*)

A praça em frente à Catedral de Salvador era pequena, também voltava-se para o mar como a Praça do Palácio, mas sua localização era relativamente isolada da circulação das pessoas. Já o Terreiro de Jesus era uma praça interior, de maiores dimensões, ligada por uma de suas extremidades ao atual largo Anchieta, em frente à Igreja de São Francisco. (REIS, 2000)



Bahia
Mapa do livro Razão do Estado, 1612
1- Terreiro de Jesus 2- Colégio dos Jesuítas 3- Convento São Francisco

Rio de Janeiro
Mapa do Cap. André Vaz Figueira – 1750
1- Largo do Carmo 2- Convento do Carmo 3- Casa dos Governadores 4- Chafariz (anterior ao de mestre Valentim)

Ouro Preto
1- Praça dos Governadores 2- Casa dos Governadores 3- Câmara e cadeia

Fig. 09. Em sentido horário: Terreiro de Jesus em Salvador, Largo do Carmo no Rio de Janeiro e Praça Tiradentes em Ouro Preto. (Fonte: SANTOS, 2001)

Mas praças cívicas como essa eram menos freqüentes que praças surgidas em frente às igrejas. Nos centros urbanos menores havia uma praça principal central, que englobava funções cívicas e religiosas e de onde partiam as ruas. Além dela, existiam alguns terreiros em frente aos conventos na periferia. Já nos centros maiores, existiam as praças cívicas e as religiosas, como a Praça do Palácio e o Terreiro de Jesus em Salvador, respectivamente. As praças cívicas constituem a síntese da dominação política da Colônia: o poder da Metrópole, representado pelo Palácio (ou Paço) dos Governadores, *versus* o poder da elite local, representado pela Casa de Câmara e Cadeia. (MARX, 1980) A representação do poder local era reforçada pelo pelourinho, instalado em frente à Câmara, que era o "símbolo da autonomia municipal". (REIS, 2000: p.136)

Fig. 10. Praça Tiradentes, Ouro Preto. José Pio, Bico de Pena

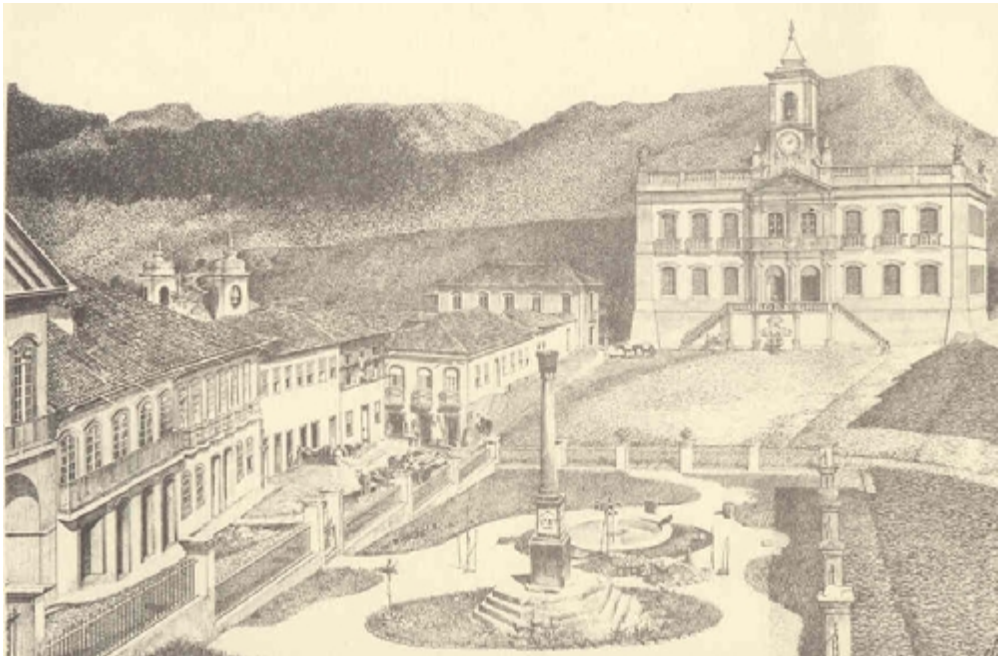


Fig. 11. Praça Tiradentes, Ouro Preto. José Pio, Bico de Pena

Fig. 12. Largo do Paço no Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX. Jean Baptiste Debret (Fonte: www.nascente.com.br)

A vida urbana era pouco intensa nas vilas e cidades brasileiras, durante os três primeiros séculos da colonização, porque a maior parte da população morava nos engenhos e nas fazendas de criação. Além disso, as famílias mais ricas costumavam residir em chácaras na periferia. As habitações urbanas eram em sua maioria propriedades dos senhores de engenho e fazendeiros, mas estes passavam a maior parte do ano em suas residências no campo. A pequena população que residia na cidade era, em sua maioria, formada por pessoas miseráveis e marginalizadas – escravos, vadios, prostitutas, mendigos, ladrões. Havia também os funcionários, oficiais mecânicos e comerciantes, responsáveis por alguma movimentação em determinadas áreas, onde se concentravam suas casas.

As famílias que moravam no campo não só desprezavam como temiam a cidade. O meio urbano carecia, assim, de gente, de mercado, de animação. Os moradores do meio rural só iam às cidades em ocasiões especiais, participar das festas, comercializar seus produtos e comprar o que não tinham acesso nas fazendas. (ARAÚJO, 1997) Esse comportamento caracterizou uma vida urbana intermitente, conceituada em REIS (2000). As ruas, de início, só eram utilizadas coletivamente naquelas ocasiões especiais, principalmente nas procissões.

As procissões eram uma das atividades urbanas mais características do Brasil Colônia. Havia procissões estabelecidas pelas organizações religiosas e outras pela câmara, das quais as mais importantes eram a de Corpus Christi (em junho), a da Visitação de Nossa Senhora e a do Anjo da Guarda (ambas em julho). Essa manifestação transcendia seu caráter religioso, pois "tinha também, pela sua forma de organização, uma evidente função de estimular o contato social e mesmo um sentido de recreação, reunindo às expressões religiosas uma série de manifestações leigas de origem medieval." (REIS, 2000: p.135)

As procissões atravessaram séculos como atividades de intensa participação popular. Na maior parte das cidades originadas no período colonial, especialmente as de menor porte, identificamos até hoje uma evidência clara dessa utilização das ruas: as capelinhas dos Passos da Paixão. "As procissões ganham a rua, onde desfilam volumosas. E pela cidade toda espalham-se, num grande amplexo cristão, pequenas capelas representando as várias cenas dos passos", cita Miran Latif (1991: p.144) sobre Vila Rica.

As atividades urbanas cotidianas, no entanto, eram realizadas nas praças: reuniões religiosas, cívicas e recreativas, além das feiras e mercados, que eram atraídos por aquelas reuniões. Muitas povoações, inclusive, originaram-se em torno dos largos que se abriam em frente às igrejas, destinados a acomodar a população que reunia depois das missas e o comércio que conseqüentemente se desenvolvia. As reuniões cívicas aconteciam em frente às câmaras. Esses eventos oficiais geralmente eram acompanhados de atividades artísticas, como representações de autos ao ar livre, e recreativas, como jogos e corridas de touros.

Em frente às câmaras também eram freqüentemente realizadas as feiras, como se fazia em Portugal. (REIS, 2000) As praças eram os cenários para as festas populares, como as cavalhadas, os maracatus, as congadas, o bumba-meu-boi, as pastorinhas, os congos, etc. (OMEGNA, 1971)

Segundo Sylvio de Vasconcellos, a população mineira participava das festas comemorativas de datas jubilares, organizadas e impostas pela câmara, "mais como espectador que participante" (VASCONCELLOS, 1977: p.38). Já das festas religiosas, a população participava mais espontaneamente. Os negros tinham suas próprias festas, "como os reisados e congadas ou reminiscências de cultos pagãos". (*idem:* p.39) Numa época em que as ruas eram locais sombrios e pouco freqüentados, as comemorações religiosas eram momentos em que esse quadro se modificava, em todo o Brasil. Como constatou Gilberto Freyre: "era o que dava brilho ou ruído de festa às ruas das antigas cidades do Brasil: a religião. A religião dos pretos com suas danças; a dos brancos, com suas procissões e suas semanas santas." (FREYRE, 1990: p.43)

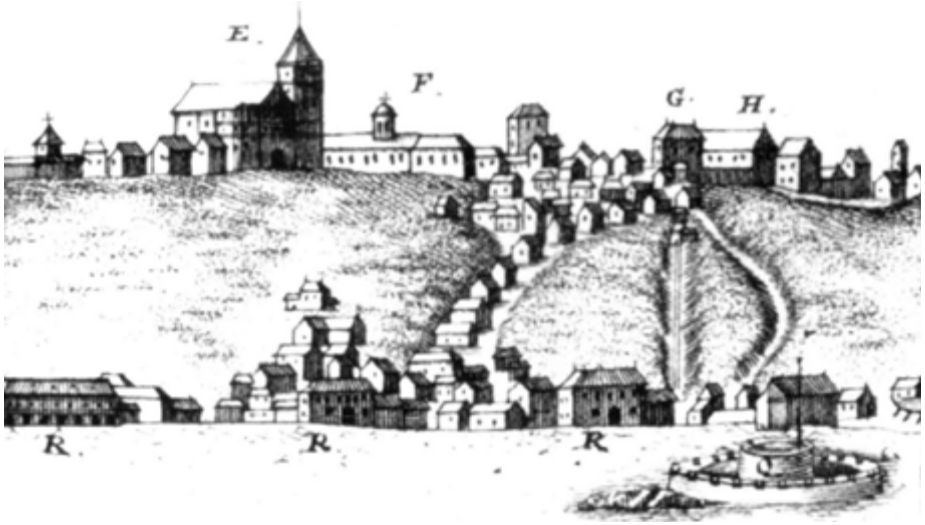


Fig. 13. Primeiros sobrados de Salvador, final do século XVII. A vida urbana começava a se intensificar. Froger
(Fonte: REIS, 2000)

Nas cidades maiores, como Salvador, Rio de Janeiro e Ouro Preto, algumas ruas concentravam o comércio e outros edifícios importantes, públicos ou particulares. "Essas aos poucos foram adquirindo interesse como locais de permanência, como pontos de reunião comercial, como ruas de uso constante, semelhantes às praças." (REIS, 2000: p.134). Em Salvador isto se deu na atual rua Chile, e no Rio de Janeiro, na parte baixa da cidade, junto à praia. Foi a partir da segunda metade do século XVII que, nesses centros urbanos mais desenvolvidos, as ruas começaram a adquirir maior importância. Iniciou-se então uma transformação fundamental no uso do espaço público no Brasil: as ruas passavam a ser entendidas como local de permanência. Elas já não eram mais

> *apenas o caminho que se percorre para atingir os locais de permanência e atividades em comum, mas em função do comércio e da produção manufatureira – apesar da modéstia da última – serão também locais de permanência, de contato e discussão. (*idem: *p.138)*

Até então, as ruas, ladeiras, praças e terreiros raramente eram calçados e não existiam passeios. O primeiro calçamento urbano do Rio de Janeiro, que era uma das cidades mais importantes, só foi feito em 1617, cinqüenta anos depois de sua fundação. A situação era mais grave nas ladeiras, onde era muito difícil e até perigoso caminhar por serem íngremes e sem calçamento. Os vereadores de Salvador, que era o maior centro da Colônia, começaram a se preocupar com a conservação das ruas na segunda metade do século XVII. As vias que primeiro foram beneficiadas com calçamento foram as ladeiras mais movimentadas, por suas condições topográficas que dificultavam a circulação: a Ladeira do Castelo no Rio de Janeiro e as ladeiras da Praia em Salvador. (REIS, 2000) Mas estes eram casos excepcionais.

A calha que recolhia as águas pluviais ficava no centro da rua, de maneira que em ambos os lados a superfície era bastante inclinada, dificultando o trânsito. Acumulavam-se poças d'água e lama. As ruas eram geralmente sujas, pois não havia recolhimento de lixo e nelas andavam soltos os animais domésticos. Pessoas até defecavam nelas. Os esgotos das casas eram muitas vezes despejados na rua, a despeito de determinações das câmaras, como a de Salvador e Vila Rica no século XVII, que estabeleciam penas a quem jogasse lixo nas ruas e praças ou desaguassem os canos de suas casas para elas. (ARAÚJO, 1997)

À medida que a vida urbana tornava-se mais intensa, intensificava-se o uso das ruas. E crescia também, com o maior movimento de pessoas, a necessidade de conservação das vias públicas, com calçamento e limpeza, e a preocupação com o seu alinhamento, nivelamento e largura. Surgiram a arborização nas ruas e os jardins públicos. O passeio surgiu ao longo das fachadas para separar os veículos do crescente número de pessoas que transitavam pelas ruas. Tornou-se aos poucos um local de encontro entre as pessoas, uma espécie de "praça linear".

O passeio foi introduzido no Brasil antes mesmo que em algumas importantes cidades européias. Os primeiros passeios de Paris foram feitos em 1779, enquanto no Brasil muitos datam do século XVII. Havia ruas ainda não pavimentadas que já tinham passeios ao longo das casas, pois ordens municipais obrigavam aos proprietários construí-los e fazer sua manutenção. (VAUTHIER, 1960)

As ruas passaram, assim, a ser mais bem cuidadas, como já se fazia com as praças. Conseqüentemente, se investiu mais na aparência dos edifícios oficiais e religiosos, que passaram por reformas e reconstruções. As fachadas das casas também passaram a ser construídas com maior preocupação plástica, seguindo os mesmos padrões arquitetônicos, com a intenção de serem vistas. As construções residenciais adquirem maior importância e destacam-se no meio urbano. Como observou Sylvio de Vasconcellos em relação às casas mineiras:

> *Prevalecendo-se dos conceitos arquitetônicos, então vigentes, pelos quais as fachadas se consideravam elementos autônomos da construção, os proprietários esforçavam-se sempre por um melhor tratamento das frentes das construções e das peças de recepção, relegando-se a segundo plano o interior das residências. (VASCONCELLOS, 1977: p.41)*

As transformações "envolveram também os grandes proprietários rurais, empenhados em oferecer, por intermédio de suas residências urbanas, a medida pública de sua importância. Ao se iniciar o século XVIII, a rua já se transformara no local para o qual os colonos se voltavam cerimoniosamente, oferecendo-lhe o melhor de suas casas". (REIS, 2000: p.150)

Fig. 14. Antigo Mercado,
Ouro Preto
José Pio
Bico de Pena

Fig. 15. *Rua do Ouvidor*,
Ouro Preto
José Pio
Bico de Pena

A valorização das ruas, a partir da segunda metade do século XVII, ocorria principalmente em função do desenvolvimento do comércio. E foi na região das minas que o mercado urbano se desenvolveu mais rapidamente. Miran Latif descreve como o comércio afetava o cotidiano dos moradores de Vila Rica. Lá o comércio era mais intenso aos domingos, depois da missa, quando as pessoas faziam as compras da semana inteira.

> *É no povoado, aos domingos, que começa a transparecer entre os mineradores um pouco de solidariedade humana. Os homens, num primeiro estágio da vida social, agrupam-se ansiosos por algum divertimento. Vão às festas de igreja incorporados às confrarias religiosas e cada qual se esforça para dar à sua irmandade mais prestígio e brilho. (LATIF, 1991: p.110)*

Segundo Nestor Goulart, foram esses momentos de ócio nos espaços públicos que provocaram, nos centros urbanos do litoral e das minas, a troca de idéias, o refinamento artístico e o surgimento de uma cultura local. Nascia no século XVIII um povo que se manifestava nas artes e na arquitetura. (REIS, 2000) E se manifestava também politicamente, organizando-se nas inúmeras revoltas populares que permearam aquele século especialmente na região das minas. Em Vila Rica

> *trabalha-se a semana nas lavras, mas, chegando o domingo, o minerador reintegra-se na vida do arraial. Abre de par em par as portas da rua e, à tarde, convida a conversar os conhecidos que passam. Inteira-se assim das novidades. Discute sobre a atuação dos funcionários régios. Faz política. (LATIF, 1991: p.118)*

A Metrópole, conseqüentemente, empenhou-se na sua afirmação cultural e no controle da transformação espacial através do poder municipal.

Houve uma preocupação das câmaras em "identificar o centro urbano com o comércio". (REIS, 2000: p.138) Mas independentemente das regulamentações, as ruas mais movimentadas e mais importantes, localizadas no centro das vilas e cidades, correspondiam às ruas onde se concentravam o comércio e os serviços. As "ruas direitas" ilustram bem essa correspondência, pois nelas foram sendo localizadas as atividades mais importantes da época, que eram as religiosas e as comerciais.

As "ruas direitas" do período colonial são definidas por Murillo Marx como qualquer segmento de caminho público que liga dois largos, tornando-se o principal caminho de uma aglomeração urbana. Eram assim chamadas, segundo costume português, por serem "direitas" entre dois locais importantes, ligando-os ininterruptamente. E não por serem retas, pois para estabelecer aquela ligação, as ruas faziam curvas, variavam de largura, desviavam de obstáculos.

Robert Smith cita expressões encontradas em documentos e mapas antigos que justificam essa definição, como "Rua Direita que vai da Cadeia para a Ponte" e "Rua Direita que vai da Praça para a Sé". (SMITH: p.8)

No Rio de Janeiro, por exemplo, a Rua Direita (hoje Rua 1º de Março) ligava o largo da primeira igreja da cidade (onde no final do século XVIII foi construída a Igreja de N.Sra na Candelária) ao Largo do Paço.[2] Em Mariana, assim como em Pirenópolis, a Rua Direita é o caminho entre a entrada da cidade e sua principal igreja - a Catedral Basílica da Sé e a Matriz de N.Sra do Rosário, respectivamente. Já a Rua Direita de São João Del Rei liga os largos das Igrejas de N.Sra do Carmo e do Rosário, passando em frente à Catedral de N.Sra do Pilar.

No caso de Ouro Preto, o surgimento da Rua Direita merece ser analisado com base na configuração linear da cidade. Ouro Preto desenvolveu-se ao longo de uma "estrada tronco", onde foram localizados todas as igrejas e principais edifícios, com poucas exceções. Essa estrada tronco parte da entrada da cidade, liga as matrizes – da Igreja do Rosário à matriz do Pilar, seguindo para a Praça Tiradentes e daí para a matriz de Antônio Dias – e sai pelo bairro de Santa Ifigênia, ligando Antônio Dias à Capela do Padre Faria. Desse tronco principal surgiram novas ruas principais, os "caminhos novos", no trecho entre as matrizes (VASCONCELLOS, 1977). A Rua Direita (hoje Rua Conde de Bobadela) ficou sendo uma das quatro ruas que saem da Praça em direção à matriz do Pilar.

Fig. 16. Rua Direita no Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX
Johann Moritz Rugendas
Lápis e Nanquim sobre Papel (Fonte: BELLUZZO, 1994)

As ilustrações de Debret a seguir exemplificam o comércio realizado nas ruas brasileiras já no século XIX. O comércio foi o grande responsável pelo aumento do movimento nas ruas. Carlos Wehrs descreveu a Rua do Rosário, no Rio de Janeiro, naquela época: "era uma vida comercial agitada, aquela. Os portugueses, em calça e camisa, os mais modestos iam descalços, os um pouco mais bem situados, de tamancos e os ricos de sapatos de couro (...) Ficavam às portas dos seus estabelecimentos ou no seu interior, ou então seguiam pela rua, em direção ao vizinho ou ao mercado que ficava lá perto, no início da rua." (citado em DAMATTA, 1997)

Fig. 18. Loja de Carne Seca,
Rio de Janeiro, 1829
Jean Baptiste Debret
Aquarela sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 20. Loja de Rapé,
Rio de Janeiro, 1823
Jean Baptiste Debret
Aquarela sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 17. Entrudo, Rio de Janeiro, 1823
Jean Baptiste Debret
Aquarela sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 19. Loja de Barbeiro, Rio de Janeiro, 1821
Jean Baptiste Debret
Aquarela sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 21. Mercado Perto da Praia Atrás do Trapiche da Alfândega
Thomas Ender
Lápis e Aquarela
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

As transformações na utilização das ruas ocorreram também em função de transformações dentro da família, principalmente em relação à mulher. Foi no Rio de Janeiro, durante o século XIX, que as mulheres começaram a aparecer a estranhos. De início, apareciam apenas nos bailes e teatros. Só mais tarde passaram a freqüentar as ruas e passeios públicos. Ainda assim, as senhoras e as "moças de família" saíam sempre acompanhadas, pois "nas ruas só se encontravam as escravas negras e as mulatas com quem, às vezes, de noite, os velhotes do Recife namoravam, na ponte da Boa Vista." (FREYRE, 1990: p.39)

De acordo com Gilberto Freyre, os homens das regiões mais ao norte do Brasil, como no Recife e no Maranhão, passavam muito mais tempo na rua que os homens do Rio de Janeiro e da Bahia: "Os burgueses de sobrado foram naquelas cidades do Norte do Brasil homens de praça ou de rua como, outrora, os gregos, da ágora, ao contrário dos do Rio de Janeiro e da Bahia que raramente deixavam o interior dos sobrados." (*idem*)

Em geral, assim como as mulheres, as crianças pouco utilizavam o espaço público, mesmo durante o século XIX. As casas dispunham de grandes quintais onde elas brincavam, que

> *tinham pequenas hortas, pomar e galinheiro que supriam até certo ponto as necessidades do consumo doméstico. Suas árvores eram o paraíso da criançada, que lhes pendurava os trapézios dos galhos, comia suas frutas e armava os alçapões de pegar passarinho, nos seus galhos altos. Os meninos não tinham necessidade de viver na rua para terem ar." (SANTOS, 2001: p.52, citando Gustavo Barroso)*

Mas mulheres e crianças começavam a aparecer nas sacadas e a circular mais pelas ruas nas cadeirinhas carregadas por escravos. Para Vauthier, isso contribuía para dar à rua um aspecto mais "risonho" e "ameno". Ele relata que as chaises à porteur mais elegantes tinham cortinas que se entreabriam para uma mulher o cumprimentar. Também descreve o quadro ainda pouco comum de uma família "respeitável" que sai à rua: "o cortejo se alinha na calçada, o pai e a mãe à frente e os filhos atrás, um por um, em longa fila, terminada por algumas mulatinhas fiscalizadas por uma aia." (VAUTHIER, 1960: p.862) Negras instalavam-se com seus tabuleiros, com bolos e doces, nas encruzilhadas mais freqüentadas, onde "cruzam-se em todos os sentidos carruagens leves e cavaleiros". (idem) Essas descrições nos mostram que o uso social da rua se tornava cada vez mais intenso.

Entretanto, todas essas transformações não ocorreram simultaneamente em todos caminhos públicos. Não houve uma evolução absoluta, de forma generalizada nas vilas e cidades. O problema da falta de pavimentação, limpeza e iluminação das ruas não foi inteiramente resolvido na época colonial, mesmo no Rio de Janeiro após a vinda de Dom João VI. Em 1821, Maria Graham descreve uma rua importante de Salvador:

> *A rua pela qual entramos através do portão do arsenal ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa da Bahia, e é sem nenhuma exceção o lugar mais sujo em que eu tenha estado. É extremamente estreita; apesar disso todos os artífices trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe*

Fig. 22. Senhora na cadeirinha a caminho da missa,
primeira metade do século XIX.
Jean Baptiste Debret
(Fonte: www.nascente.com.br)

Fig. 23. Um funcionário a passeio com sua família,
primeira metade do século XIX.
Jean Baptiste Debret
(Fonte: www.nascente.com.br)

frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais. (citado em ARAÚJO, 1997)

A partir das ilustrações de artistas como Chamberlain, percebe-se que na primeira metade do século XIX muitas ruas do Rio de Janeiro ainda eram locais de serviço utilizados quase exclusivamente por escravos, além de serem sujas e mal cuidadas, como mostram as ilustrações de Hildebrandt.

Fig. 24. Chafariz no Rio de Janeiro, 1844
Eduard Hildebrandt
Aquarela sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 25. Rua no Mercado no Rio de Janeiro
Eduard Hildebrandt
Lápis e Aguada
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 26. Praça no Rio de Janeiro
(Largo, Chafariz e Igreja de Sta. Rita), 1844
Eduard Hildebrandt. Aquarela sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 27. Portão e Mercado de Escravos em Pernambuco, 1824
Auguste Earle. Óleo sobre Tela
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Grande parte das famílias mais ricas do Rio de Janeiro passou a residir em chácaras afastadas da cidade no século XIX. A elite pouco freqüentava as ruas, nelas encontravam-se "muito mais gente de cor, maltrapilha ou seminua do que gente branca em trajes convenientes. Nota-se, antes de tudo, a ausência de senhoras bem-vestidas", de acordo com a descrição de Hermann Burmeister em 1850. (citada em DAMATTA, 1997)

Já na segunda metade do século XIX, com a influência dos costumes burgueses citada na parte I, as principais ruas do Rio de Janeiro haviam se tornado locais "nobres": "as ruas da Corte, estas, desde D. João VI vinham se tornando as mais elegantes do Império. A do Ouvidor tornou-se a grande rua do luxo e das modas francesas." (FREYRE, 1990: p.47)

Fig.29. Largo da Glória, Rio de Janeiro, 1822
H. Alken (sculpt.) e Henry Chamberlain (del.)
Água-Tinta Colorida sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig.31. Uma Banca do Mercado, Rio de Janeiro, 1822
John Clarke (sculpt.) e Henry Chamberlain (del.)
Água-Tinta Colorida sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 28. Pretos de Ganho, Rio de Janeiro, 1822
John Clarke (sculpt.) e Henry Chamberlain (del.)
Água-Tinta Colorida sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig.30. O Mercado de Escravos, Rio de Janeiro, 1822
H. Alken (sculpt.) e Henry Chamberlain (del.)
Água-Tinta Colorida sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Por todo o Brasil, já se viam mulheres e crianças na rua com mais freqüência. As mulheres, que até então geralmente só saíam à rua para ir à igreja, começaram a ir também ao teatro, às casas de chá... As famílias não apenas *passavam* pelas ruas, mas também *passeavam*. Contribuíram para a transformação do espaço público em lugar de permanência a arborização das ruas e praças, os bancos, os postes de iluminação pública, a melhoria dos passeios e calçamentos, os jardins públicos. Mas espaço privado e espaço público continuavam sendo bastante diferenciados e opostos entre si. Todas estas transformações ocorreram "sem que a casa deixasse de ser casa e a rua de ser rua: dois inimigos." (*idem*)

Fig. 32. Largo do Paço, Rio de Janeiro, 1865
Luigi Stallone
Óleo sobre Tela
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 33. Rua São Clemente, Rio de Janeiro, 1884
Bernard Wiegandt
Óleo sobre Tela
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 34. Vista da Bahia de Guanabara Tomada da Praia do Russel,
Rio de Janeiro, 1850
C. J. Martin
Óleo sobre Tela
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 35. S. Pedro, 1827
Jean Baptiste Debret
Aquarela sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 36. Ponte de Sta. Ifigênia São Paulo, 1827
Jean Baptiste Debret
Aquarela sobre Papel
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 37. Rua da Cruz
F. Krauss (sculp.) e Emil Bauch (del.)
Cromolitografia
(Fonte: BELLUZZO, 1994)

Fig. 38. Praça Quinze de Novembro,
Rio de Janeiro – o antigo Largo do Paço,
já arborizado no início do século XX.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

2. Segundo Nestor Goulart, o Largo do Paço é o antigo Terreiro do Carmo: "O crescimento e a modificação dos centros forçava por vezes a mudança da destinação desses logradouros, como ocorreu com o Terreiro do Carmo no Rio de Janeiro, transformado progressivamente em suas funções a partir da construção da nova Cadeia, que seria mais tarde o Largo do Paço, quando ali se instalou o Palácio do Governador." (REIS, 2000: p.138)

III. Segregação e Aproximação Entre Classes Sociais

III. Segregação e Aproximação Entre Classes Sociais

Para finalizar este trabalho, não poderia ser deixado de lado o fato de que as relações entre espaço público e privado, bem como o uso do espaço público, ocorrem de maneiras diferentes em diferentes classes sociais (e épocas históricas). Nesta terceira parte serão feitas algumas considerações sobre a forma como os diferentes segmentos sociais distribuíam-se pelo espaço urbano, e apropriavam-se dele, no período colonial.

A classe dominante no Brasil colonial era constituída pelos proprietários de terra, os senhores das minas e, com o desenvolvimento do mercado, os grandes comerciantes. No outro extremo encontravam-se os escravos, muitas vezes quase a metade da população. Entre os dois extremos havia ainda uma parte significativa da população, constituída pelo clero e pelas demais categorias de trabalhadores, como pequenos comerciantes, artesãos, mecânicos, carpinteiros, etc. (HOLANDA, 2002)

Segundo DaMatta, nas cidades brasileiras a demarcação espacial e social se deu de dentro para fora, do centro para a periferia. Algumas cidades como Salvador já nasceram envoltas por uma muralha, inicialmente como forma de defesa e proteção contra ataques. Mas os muros tinham um sentido muito mais amplo, como observa Nelson Omegna. As cidades eram muitas vezes fundadas num espaço ainda com poucas edificações, e os muros serviam para diferenciar e delimitar a cidade em relação ao campo. O centro da cidade, seu núcleo de formação, adquiriu novas significações com o passar do tempo: as pessoas ou eram "de dentro" ou eram "de fora", ou ainda forasteiros; sentiam orgulho em poder dizer que eram nascidos e viviam na parte mais interna da vila, surgindo daí a expressão "carioca da gema", por exemplo. (OMEGNA, 1971) O centro é assim identificado com a superioridade social, com a camada da população que se encontra "dentro", e não à margem, da sociedade.

> *A área que o muro define se reserva às pessoas mais categorizadas. As classes de mais prestígio moram na parte defendida e policiada. Veda-se aos índios residirem ali. Os negros devem ficar fora dos muros. Cidade se chama apenas à parte murada. Além dos baluartes ficam os bairros, as aldeias, os arraiais. (OMEGNA, 1971: p.18)*

Os muros eram, portanto, "um forte elemento definidor de status na nascente sociedade colonial". (idem: p.20) No início, essa segregação era basicamente racial, entre os brancos que representavam uma camada superior e detentora do poder e os índios e negros. Mas ao longo da colonização, ocorreu dentro das próprias vilas uma separação entre áreas de maior ou menor valor, que abrigavam uma maior diversidade de categorias sociais. (OMEGNA, 1971)

Nas cidades litorâneas, como Rio de janeiro, Salvador, Olinda e Natal, as famílias mais ricas moravam nas partes mais altas, enquanto as mais pobres moravam nos vales. Omegna cita Silva Lima, segundo o qual "quando alguém mudava a sua residência para a cidade alta era argüido de querer figurar de fidalgo ou aristocrata". (OMEGNA, 1971: p. 21)

Conforme a população da colônia crescia, os centros urbanos foram sendo divididos em bairros, onde em cada um predominavam determinadas atividades e classes sociais. (REIS, 2000)

Os bairros formavam-se de acordo com a divisão das paróquias, que era "uma divisão básica da população". (REIS, 2000: p.154) De modo geral, as paróquias correspondiam "a uma distância limitada de percurso, em relação a um ponto de reunião religiosa, civil e militar. Eram divisões religiosas mas também de sentido administrativo, para casamentos, batizados, óbitos e eram também divisões militares, pois nelas estava baseada a organização das tropas de Ordenança". (idem) No entanto, veremos que a divisão espacial não tinha somente um caráter geográfico, administrativo ou religioso, mas constituía-se numa forma de segregação entre os segmentos da população.

Já no início do século XVII, Salvador dividia-se em dois bairros de usos distintos, o de São Bento e o do Carmo, que cresciam a partir do centro, em torno das igrejas da Sé e da Ajuda. Os nomes dos bairros eram tirados dos nomes dos conventos próximos às portas da cidade. Neste século também se desenvolveu a separação entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. (REIS, 2000) Os edifícios administrativos, as principais igrejas e as residências dos grandes proprietários rurais eram localizados na Cidade Alta, "soberbamente situados em relação à Bahia de Todos os Santos" (SMITH: p.6), enquanto o comércio localizou-se exclusivamente na Cidade Baixa.

Razão semelhante tem a histórica rivalidade entre Recife e Olinda. Recife era inicialmente o centro comercial de Olinda, que era o núcleo de fundação e local de residência dos grandes proprietários rurais. Eram dois centros distantes entre si, que acabaram formando núcleos distintos e disputaram a sede do poder da capitania, resultando na Guerra dos Mascates. O próprio Recife também foi dividido em bairros. (REIS, 2000)

No Rio de Janeiro, a primeira separação se deu com o desenvolvimento da cidade para a parte baixa e plana, junto à praia. Ali surgiram os bairros da Misericórdia (ou São José) e da Candelária, separados pelo Terreiro de Jesus. (REIS, 2000)

Em São Paulo, surgiram dois bairros no século XVII, com uma diferença marcante entre si: na zona que se desenvolveu ao longo da Rua de São Bento habitava a população pobre, e na zona ao longo da Rua do Carmo habitavam os mais abastados. (OMEGNA, 1971)

Na região da minas o processo de formação dos bairros se deu de uma forma particular. Vila Rica nasceu da reunião de vários arraiais[3] de mineradores, dos quais os principais eram os de Antônio Dias, dos paulistas, e o do Pilar, dos portugueses. Havia conflitos entre a população desses dois bairros, que culminaram na Guerra dos Emboabas. Essa subdivisão era facilitada pelas numerosas pontes e outeiros da vila, segundo Vasconcellos, que afirma:

> *A princípio, nos arraiais, não há classes e o povo se reúne em torno de suas capelas provisórias, eretas por irmandade única. (...) Com o crescimento dos povoados, já entrosados e transformados em vila, a sociedade se estratifica, irmanando-se os seus componentes, por grupos, em organismos próprios, ainda congregados, porém, em torno de um só templo, as matrizes." (VASCONCELLOS, 1977: p.45*

Cada arraial tinha sua capela. Mais tarde foram se organizando as paróquias e fundando-se as ordens terceiras e irmandades.

A população distribuía-se entre elas segundo categorias raciais: as ordens terceiras de São Francisco e N. Sra. do Carmo pertencem aos brancos; as confrarias das Mercês, aos crioulos; as confrarias de São José e N. Sra. da Boa Morte, aos pardos; e a irmandade de N. Sra. do Rosário, aos negros. (VASCONCELLOS, 1977)

Mas, "ao contrário das demais povoações da época, as casas mais importantes, o comércio, o centro da vila, não se polarizavam em torno das matrizes, ou pelo menos delas se desligaram na segunda metade do século XVIII". (VASCONCELLOS, 1977: p.45) Outra diferença em relação aos centros urbanos do litoral é que em Vila Rica não havia aquela rígida separação entre os ricos habitando as partes mais altas e os pobres habitando as partes mais baixas da vila. Pode-se arriscar a afirmação de que lá as diferentes camadas da população integravam-se mais facilmente nos espaços públicos centrais. A "estrada tronco" anteriormente mencionada, onde desenvolveu-se o comércio, seria um eixo onde toda a população, bastante heterogênea, relacionava-se.

3. Arraial é o "nome que em Portugal se dá ao acampamento, à reunião festiva do povo, por ocasião das romarias". (LATIF, 1991: p.110)

Fig.40. Vista dos bairros do Rosário, Antônio Dias e Centro, Ouro Preto, 2003.

Os bairros das vilas e cidades eram definidos pelo tipo de suas habitações e atividades: "constituíam já as formas incipientes de zoneamento dos núcleos urbanos coloniais". (REIS, 2000: p.155) Neles também se constituíram ruas com funções especializadas. As ruas tinham nomes que se relacionavam com a atividade principal que abrigava, o principal gênero comercializado ou a procedência de seus moradores. "Os nomes mais antigos de ruas acusam sobrevivência, no Brasil, do sindicalismo ou do medievalismo das cidades portuguesas. Rua dos Toneleiros. Beco dos Ferreiros. Rua dos Pescadores. Rua dos Judeus. Rua dos Ourives. Rua dos Ciganos." (FREYRE, 1990: p.40) De acordo com Nestor Goulart, a especialização das ruas indica que o comércio e os ofícios mecânicos ocupavam crescentemente o espaço urbano, caracterizando a intensificação da urbanização brasileira. Como vimos na segunda parte deste trabalho, essa intensificação foi acompanhada pela presença cada vez maior das pessoas no espaço público.

Percebe-se também, a partir da denominação das ruas, que determinadas zonas do espaço urbano eram destinadas a raças e classes diferentes, não só a atividades distintas.

O comércio e a Igreja foram, portanto, os principais agentes definidores da diferenciação de zonas urbanas segundo categorias raciais, sociais e profissionais. O desdobramento da cidade em novas áreas iniciava-se com a instalação de novas paróquias. E o comércio que a princípio se desenvolvia nas proximidades das igrejas, aos poucos conquistou seu próprio espaço, paralelamente ao crescimento do prestígio e da posição social dos comerciantes.

> *O desenvolvimento do mercado urbano determinou a substituição do velho e elementar esquema de estratificação social dos centros urbanos por um novo e mais complexo, com suficiente diversificação de interesses para engendrar os seus próprios conflitos e provocar o aparecimento de um número surpreendente de associações, como as corporações e as ordens terceiras, que sob as várias invocações religiosas reuniam em seus quadros as diferentes camadas sociais. (REIS, 2000: p.113)*

Conclusões

O uso social do espaço público no Brasil colonial tornou-se mais intenso na medida em que a diversidade urbana crescia, esta dada principalmente pela mistura de atividades no espaço urbano e pela heterogeneidade da população.

O papel da Igreja pode ser visto como um capítulo à parte, pois durante todo o período estudado ela foi a instituição responsável pela reunião da população, pela sua aglutinação nas ruas e praças. As procissões e outras manifestações religiosas eram realizadas no espaço aberto público, próximas às residências, e eram integradas à vida cotidiana. Eram momentos de interação entre as pessoas. A população participava intensamente desses eventos, que reuniam também atividades comerciais e recreativas. Havia, assim, uma coexistência entre o uso sagrado e o uso profano nos mesmos espaços públicos.

As praças brasileiras tradicionais, de maneira geral, podem ser caracterizadas hoje como espaços onde a população realiza reuniões tanto religiosas, como políticas, artísticas, comerciais e de lazer, em parte como resultado do seu uso desde o passado colonial.

Mas além desse caráter "democrático" do uso do espaço, havia na sociedade brasileira uma estratificação social (incipiente comparada aos dias atuais), verificada no processo de divisão dos bairros, pelo qual as camadas mais desfavorecidas foram sendo localizadas nas periferias e áreas desvalorizadas das cidades.

Além disso, existiam fortes separações entre homens e mulheres, família e visitante, família e escravos, adultos e crianças, reveladas no espaço privado, que foram aos poucos amenizadas a partir das últimas décadas do século XIX. A organização dos espaços internos da casa brasileira guarda até hoje resquícios daquelas separações (como a sala de visitas e a área de serviço isolada).

Pode-se concluir que transformações na divisão do trabalho, nas relações familiares, em especial no papel da mulher, nos costumes e valores da sociedade (como os novos hábitos burgueses), o desenvolvimento do comércio (que geralmente concentrou-se nas ruas de maior movimento) e da economia urbana, entre outros fatores, acarretaram transformações no uso do espaço resultando, em muitos casos, na maior presença e permanência das pessoas na rua.

Mas essa evolução não pode ser descrita como uma evolução "linear" e também não pára por aqui. Mesmo que de forma desigual entre as cidades e as áreas de cada cidade, o uso social do espaço público continuaria a se transformar nas últimas décadas do século XIX. As ruas e praças das áreas centrais das principais cidades brasileiras se tornariam cada vez mais freqüentadas por todo tipo de gente. O comércio nessas áreas continuaria a se desenvolver e a vida urbana se tornaria ainda mais intensa. Os cartões postais a seguir, da passagem do século XIX para o século XX, serão ilustrados, assim, como "reticências" deste trabalho.

Fig.41. Rua Conselheiro João Alfredo em Belém.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

Fig.44. Rua Paissandu no Rio de Janeiro.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

Fig.43. Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) no Rio de Janeiro.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

Fig.42. Passeio Público e Avenida Beira-Mar no Rio de Janeiro.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

Fig.45. Largo do Rosário em São Paulo.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

Fig.46. Largo do Tesouro (visto do Pátio do Colégio) em São Paulo.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

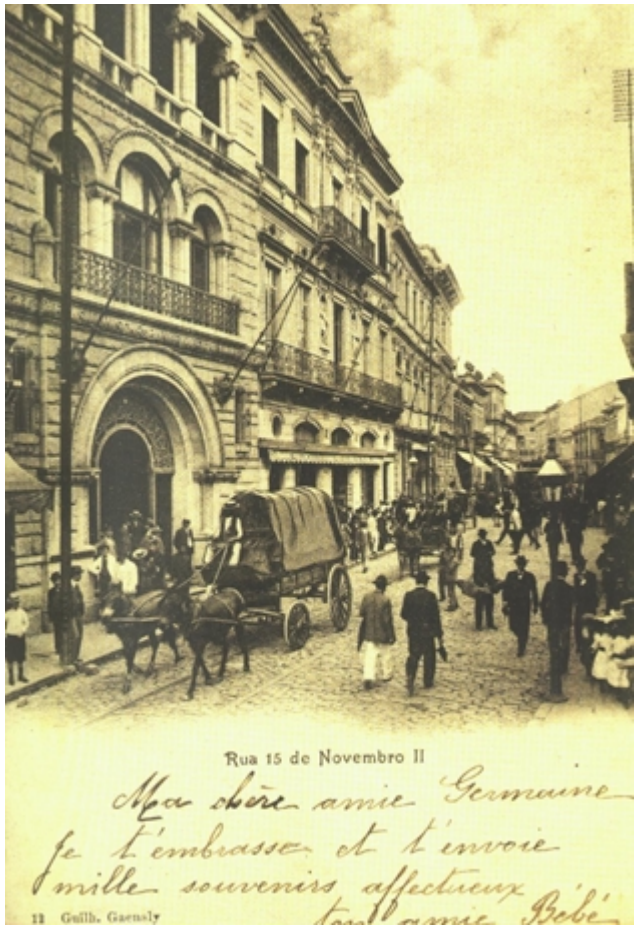


Fig.47. Rua Quinze de Novembro em São Paulo.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

Fig.48. Largo de São Bento em São Paulo.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

Fig.49. Rua Quinze de Novembro em Santos.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)

Referências Bibliográficas

1. BELLUZZO, Ana Maria de Morais. O Brasil dos Viajantes – *Vol. 3:* A Construção da Paisagem*. Fundação Emílio Odebrecht, Salvador; Metalivros, São Paulo, 1994.*

2. ARAÚJO, Emanuel. O Teatro dos Vícios – *Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Capítulo 1: O cenário urbano. Editora UnB / José Olympio Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1997.*

3. DAMATTA, Roberto. A Casa & a Rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 5ª edição, 1997.*

4. FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos*. Capítulo 2:* O engenho e a praça; a casa e a rua*. Editora Record, 8ª edição, Rio de Janeiro, 1990.*

5. HOLANDA, Frederico de. O Espaço de Exceção*. Editora UnB, Brasília, 2002.*

6. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 26ª edição, 1995.*

7. LATIF, Miran de Barros. As Minas Gerais*. Editora Itatiaia, 3ª edição, Belo Horizonte, 1991.*

8. MARX, Murillo. Cidade Brasileira*. Editora Melhoramentos/USP, São Paulo, 1980.*

9. OMEGNA, Nelson. A Cidade Colonial*. Capítulo 1 (1ª parte):* A Fisionomia da Cidade Colonial*. Editora de Brasília, 2ª edição, Brasília, 1971.*

10. REIS, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil – 1500-1720*. Editora PINI, 2000.*

11. _____. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Editora USP, São Paulo, 2000.*

12. SANTOS, Carlos Nelson F. dos. A Cidade como um Jogo de Cartas*. Editora UFF, Niterói; Projeto Editores, São Paulo, 1988.*

13. SANTOS, Paulo F. Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.*

14. SMITH, Robert C. Urbanismo Colonial no Brasil*. In "Arquitetura" (Mimeo).*

15. VASCONCELLOS, Sylvio de. Vila Rica*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1977.*

16. VASQUEZ, Pedro Karp. Postais do Brasil: 1893-1930*. Metalivros, São Paulo, 2002.*

17. VAUTHIER, Louis Léger. "Casas de Residência no Brasil", in Freyre, Gilberto. Um Engenheiro Francês no Brasil*, vol. 2. Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1960.*

Fig.50. Rua Duque de Caxias em João Pessoa.
(Fonte: VASQUEZ, 2002)